

O QUE DIZEM OS LEITORES - A condição da mulher

Alberto Lote Tcheco, 16 Março 2016



NO dia 8 de Março comemorou-se o Dia Internacional da Mulher. A proclamação da data, em 1910, numa conferência na Dinamarca, foi o corolário de uma série de sucessivas lutas de mulheres operárias nos Estados Unidos e noutros países, reprimidas violentamente pela Polícia, quando reivindicavam os seus direitos para uma Justiça laboral que se devia traduzir pela melhoria das condições laborais e igualdade de tratamento em relação aos homens.

A escolha da data de 8 de Março tem a ver com a repressão mortífera das operárias da indústria têxtil de Nova Iorque em 1890 e, com esta proclamação, pretende-se não só perpetuar a coragem daquelas mulheres como estimular as gerações seguintes de mulheres para lutar pela Justiça e direitos humanos.

Abordar a luta da mulher leva necessariamente à sua condição de não-homem, sugerindo uma relação de oposição para com o homem, como se este fosse um factor de dominação e discriminação da mulher. Mas, por outro lado, como a mulher e o homem pertencem à mesma categoria de seres humanos, sugere-se que a luta da mulher passa pela mesma luta do homem e

que juntos devem ser companheiros. Assim, se estabelece uma relação intrigada, ora positiva, ora negativa da mulher para com o homem.

Nesta conceituação da Justiça (laboral, familiar, social, política, de género, etc.) em termos de igualdade para com o homem, sugerindo-se que o homem é o seu explorador e opressor, deve-se reconhecer que também o homem define a sua existência em função da mulher. Fica-se assim perante uma relação dialéctica de “unidade e contradição” verificável em todas as áreas em que os dois têm de se relacionar, sendo um e outro condicionados pelas suas características naturais (biológicas) e sociais.

Assim, a mulher tem estas duas naturezas (natural e social) a que tem de repousar e/ou desafiar. O repouso é o estado em que se sente bem e o enfrentamento acontece quando tiver que lutar contra os desafios que atentam à sua estabilidade. Mas esta posição dualizante de a mulher ser x (natural) versus y (social), ou positivo versus negativo, é a que o paradigma Pós-Modernismo critica como um factor de empobrecimento, neste caso, da própria mulher, para a sua verdadeira emancipação. Isto equivale afirmar que a sua emancipação ou melhoramento das suas condições de vida deve resultar também da sua condição natural (biológica e tudo quanto dela deriva) para socialmente se sentir mais saudável, o que equivale afirmar que ela só se pode sentir bem se se assumir como mulher, na sua condição natural e social.

Esta constatação tem uma validade oportuna quando, na modernidade, se assiste a visões e formas de vida da mulher e movimentos feministas que sugerem uma mobilização da mulher para a consciência da sua condenação devido à sua condição natural (biológica) e que a igualdade da mulher consiste em ser igual ao homem. A mulher, ao assim pretender e agir, luta contra a sua natureza (natural e social) e os prejuízos tanto físicos como sociais são enormes. Isto não significa que tem de ser indiferente e se sujeitar à injustiça particular que lhe afecta. Assim, pode-se concluir que é da natureza da mulher ser, pela via natural, mãe e, pela via social, esposa e que as vicissitudes de ordem natural e social dificultarem ou impedirem que esta mulher assuma este papel, isso não tem de ser tido como alguma forma de emancipação, mas conjuntural e contingente e todos os esforços devem ser envidados para se evitar.

Neste sentido, a relação homem-mulher assume um valor de positividade pelo que “ela é” e “não é”. O que “ela é” é aquela caracterização positivista resultante do que se deseja que a

relação seja, isto é, boa, romântica, amorosa, adorável, eterna, etc. Esta relação é a que é explicitada e juramentada em “até que a morte nos separe” em locais sagrados e a relação que “não é” e aquela que é ausentada, aquela que não se deseja e de que não se fala ou, quando se lhe explicita, é feita negativamente. Trata-se da relação de possibilidade de conflito, de ódio, etc. que tanto ela como ele pode ter para com ele ou ela e que, por assim ser, é ocultada como se esta atitude contribuísse para a sua eliminação. Esta ocultação tem sido o factor fundamental das contrariedades, muitas vezes violentas, que têm surgido entre os homens e mulheres como casal, namorados, amigos, colegas, etc.

Este fenómeno resulta precisamente da incompreensão, inadmissão e dominação do indesejado ou negativo pela via de o ausentar e silenciar, criando assim uma crença ou estereótipo insustentável e causador da dor porque ele existe realmente. Este estereótipo, como a romantização da relação homem-mulher, por exemplo, pode ser uma estratégia de dominação porque, ao excluir o seu oposto, o ódio, sufoca-se a parte dominada (mulher) que se torna objecto desta relação e nunca um sujeito. Todavia, assume-se que a mulher pretende também ser um sujeito e quando esta vontade se manifesta, o homem, dominante, fica desesperado ante a possibilidade de o seu objecto se lhe escapar do seu domínio, provocando-lhe muita dor. O reconhecimento da existência do “indesejado” é um valor adicional no fortalecimento das relações “desejadas” tal como sucede no namoro em que a consciência das possibilidades de todos os acontecimentos negativos e positivos entre os namorados ou amantes funciona como estrume e cimento para melhores relações que levam a juramentos eternos.

Como seres humanos, a mulher e o homem são iguais em direitos e deveres, o que vale afirmar que são iguais. Esta igualdade é porém cada vez mais problematizada sem que com isso se tenha a vontade de se sujeitar a mulher a alguma injustiça. É que, na fase da Pós-modernidade, se assume que se deve negar a igualdade quando esta apagar a identidade ou as diferenças próprias o que tem levado a reflexões sérias sobre a identidade num mundo cada vez mais globalizante. A igualdade coloca pois os dois perante um outro que os afecta conjuntamente e a que têm de concertar os esforços e estratégias para lutar juntos. Neste caso, o seu inimigo comum passa a ser o sistema, aquilo que não possui uma caracterização de género e que pode ser sustentado por homens, mulheres ou juntos.

No século XX, a luta revolucionária, com vista à construção duma sociedade socialista, redobrou a esperança e galvanizou muitos esforços na luta contra a considerada velha ordem, o capitalismo, considerado o factor determinante da desigualdade de várias ordens e da discriminação da mulher. Nesta luta, os dois (homem e mulher) engajaram-se decisiva e maravilhosamente naquela luta, mas quando os frutos da vitória foram saboreados, sentiu-se que não eram assim tão saborosos quanto se imaginava. O sociólogo português e precursor do Pós-Modernismo, este paradigma sócio-epistemológico, Boaventura de Sousa Santos, explica o fracasso daquele modelo de socialismo, que deitou abaixo a emancipação da mulher, pelo facto de ele mesmo, o movimento socialista, ser produto da mesma ordem modernista ou capitalista e nunca ter rompido com ele. Entre os vários elementos de continuidade da velha ordem refere o carácter dominante do Socialismo ao instituir a unicidade ou seja a exclusão de muitas outras forças vivas da sociedade que, por isso mesmo, se tornaram opositoras ao sistema. A título de exemplo, pode-se nomear a exclusão e a supressão das restantes classes sociais pela dominância da operária e camponesa, a igualização do homem e da mulher contra a necessidade identitária da mulher, a abolição da propriedade privada, etc. É assim que o citado académico e militante social entende que se deve falar de “socialismos” como forma de salvaguardar a diversidade e contra a dominação, condições necessárias para uma verdadeira e sustentável emancipação social, e da própria mulher.

Nesta era Pós-moderna, entende-se que, à necessidade de emancipação social, seja de que sector desta se pretender, deve-se ter o cuidado de se evitar a dominação e privilegiar o diálogo entre os diferentes actores sociais. E, na questão da mulher, o homem tem de assumir que emancipação da mulher é uma plataforma necessária para a sua própria emancipação, porque a dominação reverte-se contra o dominante e a sociedade, seja em forma de Governo, não pode silenciar a voz da mulher, sendo a liberdade a maior contribuição que se pode fazer para a emancipação da mulher em vez de a destinar para qualquer projecto. É assim que Mandela, este grande homem que assumiu positivamente, em si, o valor da mulher, ao reconhecer o seu valor mesmo nas suas primeiras duas ex-esposas, afirma que “ a liberdade não pode ser alcançada sem que as mulheres tenham sido emancipadas de todas as formas de opressão”. A este brado dum homem, a mulher não pode também direccionar a sua causa contra a dominação do homem, o que pode ser bem aproveitado pelo homem mau e inteligente

contra ela mesma, incorporando-a no sistema de dominação em que ela própria se torne parte contra as suas irmãs.

A segmentação das mulheres em partidos conflituantes e dominados por homens, que as dirige na reformulação das suas visões e estratégias para a emancipação, divide e inviabiliza os esforços das mulheres pois elas passam mais tempo a digladiarem-se, para o bem e prazer dos homens dominadores.

Nesta análise da caminhada da mulher pela sua emancipação, não se deve ausentar a memória de que, na realidade, em termos quantitativos, os resultados da sua luta são uma gota no oceano. Este debate e resultados são duma ínfima camada de mulheres adstrita aos homens de poder e o resto da enorme quantidade de mulheres nacionais continua na mesma condição social e cultural da idade média. É esta uma daquelas realidades dolorosas de que se as privilegiadas e privilegiados se esforçam em esquecer para tranquilizar as suas consciências de pertencentes ao sistema dominante.

Mais, seria magoar.

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/analise/52438-a-condicao-da-mulher>